



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRAÇÃO

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 09/2025, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera Art. 44 da Lei Orgânica.

Art. 1º Fica alterado o Art. 44 da Lei Orgânica da Lei Orgânica Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, nos termos do art. 42, II, “a”, desta Lei Orgânica;

II – licenciado por motivo de doença;

III – licenciado, sem remuneração, para tratar de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

IV – licenciado para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista no inciso I, ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º O Vereador investido em cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 3º Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos II e IV, a Câmara poderá conceder auxílio-doença ou auxílio especial, em valor e forma a serem definidos por ato normativo próprio.

§ 4º O auxílio de que trata o § 3º poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 5º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias, vedada a reassunção antes do término do período de licença.

§ 6º Será considerada automaticamente como licença a ausência do Vereador que estiver privado temporariamente de sua liberdade, por força de processo criminal em curso.

§ 7º A licença por motivo de saúde será deferida de plano pelo Presidente da Câmara, mediante apresentação de atestado ou laudo médico.

§ 8º A licença para tratar de interesse particular deverá ser protocolada antes da sessão ordinária.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRACÃO

Sala de Sessões, Câmara Municipal de Vereadores de Barracão, 13 de Novembro de 2025.

Joce Sales da Rosa
Presidente

Leandro Rosbach Bergamo
Vice-Presidente

Diogenes Antonioli Junior
1º Secretário

Gabriel Zanella Guarez
2º Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRACÃO

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal tem por objetivo promover a adequação do artigo 44 ao disposto no artigo 56 da Constituição Federal de 1988, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas do Estado, que apontou incompatibilidades e descompassos entre a legislação municipal vigente e o texto constitucional.

A atual redação do artigo 44 da Lei Orgânica do Município trata das hipóteses de licença e afastamento de vereadores. No entanto, sua estrutura excessivamente fragmentada, com diversos parágrafos detalhando procedimentos e condições de forma dispersa, dificulta a aplicação prática da norma e a torna incompatível com os princípios constitucionais da simetria e da harmonia entre os entes federados.

O artigo 56 da Constituição Federal estabelece, de forma objetiva e direta, os casos em que parlamentares federais não perdem o mandato, inclusive tratando da convocação de suplentes, investidura em cargos do Poder Executivo e hipóteses de licença. Esse modelo constitucional deve ser observado pelos entes municipais, no que couber, especialmente no que tange aos princípios republicanos, de isonomia, de separação dos poderes e da segurança jurídica.

Assim, a presente alteração visa:

- Harmonizar a Lei Orgânica com os parâmetros constitucionais do art. 56 da CF/88;
- Tornar o texto mais claro, objetivo e funcional, facilitando sua interpretação e aplicação por parte da Câmara Municipal, vereadores e órgãos de controle;
- Corrigir pontos específicos que foram objeto de recomendação técnica do Tribunal de Contas, assegurando conformidade com as exigências legais e constitucionais;
- Preservar o direito dos vereadores ao afastamento nos casos autorizados, bem como a correta convocação de suplentes e o tratamento jurídico adequado em caso de investidura em cargo do Executivo Municipal.

Dessa forma, a proposta de emenda não apenas se impõe por exigência legal, mas também representa uma medida de aperfeiçoamento institucional, em consonância com os princípios da legalidade, transparência e boa governança.

Por tais razões, solicitamos a análise e aprovação desta Emenda à Lei Orgânica.

Joce Sales da Rosa
Presidente

Leandro Rosbach Bergamo
Vice-Presidente

Diogenes Antonioli Junior
1º Secretário

Gabriel Zanella Guarez
2º Secretário